

FNU E DIRIGENTES SINDICAIS REAFIRMAM DISPOSIÇÃO DE ENFRENTAMENTO CONTRA AS CONSEQUÊNCIAS DA MP 579 E A PPP NO SANEAMENTO

Os Dirigentes dos sindicatos filiados a Federação Nacional dos Urbanitários reunidos nos dias 10 e 11 de dezembro na sede da entidade, no Rio de Janeiro, debateram temas estratégicos para os (as) trabalhadores (as), com destaque especial para a MP 579 e a Parceria Público- Privada (PPP) no saneamento. A deliberação deste encontro foi muito enfática: Os (as) trabalhadores (as) são contrários a pagarem pelas consequências da MP 579, pois a medida resultará na demissão em massa de (a) trabalhadores (as) do setor elétrico, tanto das empresas estatais com nas empresas privadas. Sem falar no aprofundamento das terceirizações, a retirada de direitos históricos conquistados pelos sindicatos com muita luta e a precarização dos serviços para a população, com riscos a soberania energética brasileira.

No que tange a PPP no saneamento os dirigentes sindicais mostraram muita preocupação com a política de estado que avança pelo país, com apoio do Governo Federal. A PPP no saneamento nada mais é do que a privatização da água e dos serviços essenciais para a sociedade, portanto, a FNU e os sindicatos se opõem radicalmente contra a sua implantação. Exemplos negativos no mundo, como França e Bolívia, não deixaram dúvidas que a mercantilização da água é um crime contra a população. Assim sendo, a mobilização que já existia com a campanha *Água para o Brasil*, será reforçada em todo país. A avaliação dos sindicatos é que será fundamental fazer ações antecipadas nos municípios trazendo novos parceiros para essa luta: igreja, lideranças comunitárias, vereadores. Ou seja, envolver todos na discussão, mostrando os riscos que representa entregar a água para empresas que somente visam o lucro e não o bem estar da população.

O movimento sindical urbanitário não tem mais ilusões de que o governo que ajudou a eleger fez a opção pelo modelo privado de investimento, agora se consolidando no setor de saneamento em vários estados através da PPP. Portanto, o

setor privado está com todas as condições dadas para dar prosseguimento a suas ações, que sempre visam investir com risco zero e ganhando sempre as concessões em áreas onde possa ter lucros garantidos de fato. Para barrar a entrega do controle da água aos grupos privados será necessária uma luta não somente dos (as) trabalhadores (as) do setor, mas também de toda a sociedade.

Os (as) dirigentes (as) presentes colocaram suas preocupações com os rumos do governo. Segundo o presidente da FNU, Franklin Moreira, é preciso reavaliar a posição do movimento sindical urbanitário e adotar um posicionamento crítico em relação ao governo Dilma. “Não existe dúvida que todas as portas foram fechadas para o diálogo. Este ano as negociações do ACT mostraram que da parte do Governo não existia o interesse em negociar ou ao menos debater com as entidades sindicais. O que percebemos foi à orientação para o enfrentamento com o movimento sindical e foi assim que o processo aconteceu. Com relação ao posicionamento a MP 579 não houve nem a boa vontade de considerar nossas propostas para o texto, apesar de termos participado de várias audiências públicas”, alertou.

A FNU desde o início apoiou a renovação das concessões por acreditar que este era o caminho para fortalecer as empresas de energia, porém, diante de uma MP que retira direitos dos (as) trabalhadores, enfraquece sobremaneira as empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional, retirando sua capacidade de investimento, a posição dos trabalhadores é de repúdio ao texto atual dessa medida provisória. Os (as) trabalhadores (as) não ficarão de braços cruzados, farão em todos os fóruns e nas ruas o enfrentamento com o Governo, denunciando a sociedade esse crime de lesa pátria que repete na essência as atitudes privatistas de governos anteriores. Os especuladores internacionais e nacionais agora atuam para lucrar com água e a energia, através das ações na bolsa, para impedir que tenham êxito será preciso envolver todos os atores sociais: trabalhadores, sociedade, acadêmicos, pesquisadores e os movimentos sociais. Somente com esse esforço concentrado será possível salvar as empresas de água e energia, dando as condições necessárias para o seu fortalecimento e desenvolvimento.

CEMIG USA MP 579 PARA NÃO NEGOCIAR UM ACT JUSTO COM OS TRABALHADORES

A direção da CEMIG tem todo um histórico de intransigência para negociar o acordo coletivo com os trabalhadores da empresa, a cada ano um pretenso argumento é usado para negar direitos e conquistas. Este ano o debate sobre a renovação das concessões através da MP 579, foi usado pela direção da empresa até mesmo na audiência de conciliação na Justiça do Trabalho com a alegação de que os impactos da medida provisória seriam devastadores para as finanças da CEMIG e por isso não poderiam levar em consideração a pauta de reivindicações da categoria.

A contradição nesse discurso está no fato de que para os acionistas a fala do diretor financeiro é bem diferente, sempre otimista, anunciando inclusive que este é o momento de avançar no plano de expansão, com novas aquisições, participação nos leilões de energia e entrada no setor de gás natural, pois o lucro tem sido muito forte.

O eixo central dessa discussão é que a CEMIG não quer desagradar os acionistas e por isso

nega as reivindicações dos trabalhadores. É importante ressaltar que no dia 04 de dezembro a direção da CEMIG tomou a posição de não renovar a concessão de suas usinas, essa deliberação gerou um lucro de 2,4 bilhões. Como é possível afirmar que não tem receita?

Os trabalhadores ainda apostam na negociação mesmo com a negativa da direção da CEMIG na última audiência de conciliação, quando a empresa disse que não tinha como melhorar sua proposta rebaixada que não contempla nem ao menos a reposição da inflação e ainda por cima retira direitos da categoria.

A FNU está na luta com os companheiros da CEMIG por entender que negociação deve ser levada a sério, com respeito de ambas as partes. Essa postura da CEMIG de tentar esconder a excelente situação financeira da empresa, capaz de fazer grandes investimentos, que a torna um dos principais “players” do mercado de energia do país não contribui em nada. É preciso sentar e negociar o ACT dos trabalhadores da CEMIG em bases justas e com respeito à justiça.

Renovar sim, com redução de tarifas sim, mas com fortalecimento das empresas e com garantia de Emprego
